

METODOLOGIA DE UMA PESQUISA SOBRE POLÍTICA PARA O ENSINO SUPERIOR NO PIAUÍ : RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Maria da Penha Feitosa¹

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação (NUPPEGE)
mpenhafeitosa@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir aspectos teórico-metodológicos da pesquisa em educação, trazendo para o debate experiência realizada no mestrado em educação da UFPI, cuja dissertação inseriu-se nas linhas de pesquisa história e política educacional. No caso, pesquisou-se a história e a política educacional para o ensino superior gerido pelo estado do Piauí, tendo como recorte temporal os anos 1990, período em que se verificou maior expansão e interiorização desse nível de ensino no estado. Trata-se de resumo do terceiro capítulo da dissertação, no qual estão explicitadas considerações acerca da metodologia, os objetivos e instrumentos utilizados na pesquisa, assim como os problemas e as fases em que foram realizados os trabalhos. A ideia é trazer para a discussão um tema que continua a desafiar pesquisadores e pesquisadoras no difícil ofício da produção de conhecimento, na medida em que requer a opção por uma abordagem que implica, necessariamente, uma escolha que deve traduzir a natureza do problema a ser estudado e o método a ele aplicado no sentido de alcançar os objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, educação, pesquisa, metodologia

ABSTRACT

This article aims to discuss theoretical and methodological aspects of research in education, bringing to the debate experience at the master's degree in education from UFPI, whose dissertation was part of the story lines of research and education policy. In this case, researched the history and educational policy for higher education operated by the state of Piauí, focusing on the 1990 storm, a period which saw major expansion and internalization of this level of education in the state. This is summary of the third chapter, which are explained considerations about the method, the objectives and instruments used in research as well as the problems and the steps that were performed in the works. The idea is to bring to the discussion an issue that continues to challenge researchers and researchers in the difficult craft of producing knowledge, in that it requires the choice of an approach which necessarily implies a choice that should translate the nature of the problem to be studied and the method he applied to achieve the goals.

KEY WORDS: public policy, education, research, methodology

¹ Mestre em Educação, graduada em História, graduanda em Pedagogia, membro do NUPPEGE/UFPI, professora da rede pública estadual de ensino.

Considerações iniciais acerca da proposta

Destacamos, inicialmente, pelo menos dois aspectos dentre tantos que se associam à construção do conhecimento. Primeiro porque é uma tarefa que não acontece por uma ação individual, isolada, e segundo, porque constitui um processo de busca e de afirmação contínua de métodos e de abordagens que funcionam como uma trilha de mão dupla, por onde vamos deixando e cobrindo pegadas deixadas por outros pesquisadores(as), visto que cada forma de ver um objeto, embora conhecendo diferentes maneiras de observar, transforma-se “numa” forma única de olhar. Frase do romancista francês Marcel Proust cabe bem na explicitação dessa leitura. Dizia ele: *“Uma verdadeira viagem de descoberta não é a de pesquisar novas terras, mas de ter um novo olhar”*.

Esse primeiro aspecto justifica-se pelo fato de o conhecimento ser inerentemente coletivo, resultado da imbricação de fatos e da interação que se estabelece com os conhecimentos já construídos e sistematizados e que existem para facilitar a compreensão e abstração do objeto em estudo. Os olhares que se entrecruzam sobre esse objeto, refutando ou complementando informações, funcionam no sentido de buscar juntar todas as perspectivas possíveis, os conhecimentos teóricos que constituem o referencial do(a) pesquisador(a) aliados à fala daqueles que vivenciaram/vivenciam o objeto.

Na construção do saber, portanto, é fundamental a valorização de cada informação, cada elemento, cada teoria, dentro da sua historicidade, de forma que a relação entre as leituras realizadas durante todo o percurso da caminhada e o objeto de estudo caracterize-se como uma relação de complementação e crítica, obviamente que dando a devida importância ao conjunto de tudo que já se escreveu e se discutiu sobre ele.

O segundo aspecto, além de constituir a base de qualquer estudo desde o primeiro contato com o objeto, transmuta-se no jeito que faz com que esse objeto, depois de trabalhado, refletido e analisado e, finalmente, sistematizado em forma de dissertação, possa ficar claro e acessível a todos, ou seja, que o caminho por onde se caminhou (a metodologia utilizada) possa ter sido não tão espinhoso que não possa proporcionar uma chegada menos ofegante e de certa forma compreensível para os que queiram observá-la mais de perto.

Nessa reflexão, a produção de conhecimento é também um desafio, à medida que requer uma opção por uma abordagem metodológica que, por si só, implica, necessariamente, numa “escolha” de ordem ideológica e política. Escolha esta que deve traduzir de forma tanto a natureza do problema a ser estudado quanto as preferências do próprio investigador, entendendo metodologia assim como Minayo (1994, p.16) a concebe: “como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.²

Oportuno situar, portanto, o nosso envolvimento com o objeto estudado em três oportunidades em que atuamos como professora, no curso de História (Período Especial). Este fato permitiu, embora curto o vínculo com a realidade que posteriormente seria pesquisada, o presenciamento das condições do fenômeno expansionista e o modelo de ensino vivido pela educação superior sob a orientação da administração pública estadual no Piauí. As condições materiais, didático-pedagógicas, impossibilidades e situações outras que neste espaço não seria possível relatar, tampouco é este o objeto deste trabalho, nos fizeram refletir sobre a possibilidade de analisar a educação superior oferecida como um modelo incorporado à filosofia de desenvolvimento econômico e intelectual do Estado. Vendo-a não como uma ação isolada, produto da “mente iluminada” de alguns, mas como resultado de uma política mais ampla de reestruturação da universidade pública, conseqüentemente do ensino superior.

Para a efetivação dessa análise, adotou-se a premissa de que seria necessário buscar a articulação entre as suas origens, ou seja, o momento primeiro em que foi idealizado o projeto de oferecimento de formação em nível superior inicialmente para professores, conhecendo a proposta original da sua criação, testemunhada por educadores preocupados com a situação de falta de qualificação dos profissionais da educação no Estado e a singularidade das políticas expansionistas adotadas a partir de um certo período de sua trajetória, já nos novos parâmetros reservados para a educação superior brasileira na lógica do Estado neoliberal brasileiro³.

Apresentamos como objetivos da pesquisa “investigar a educação superior pública estadual no Piauí: da sua proposta de origem à fase expansionista dos anos

² Citando Lênin (1965, p. 148), quando diz que "o método é a alma da teoria", Minayo o vê distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado o tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

³ Ver 1. PERONI, Vera. Política Educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990.; 2. SILVA JR, João dos Reis "A Educação Superior Reformada: a produção da ciência engajada ao mercado e de um novo pacto social", In: SGUISSARD, Valdemar. Avaliação Universitária em questão.

1990”, num esforço teórico de: identificar o lugar e o sentido de criação do ensino superior público no âmbito do sistema estadual de ensino do Piauí, relacionando-a com a situação da educação no Estado e no país; caracterizar a natureza da política expansionista (ampliação e diversificação de modalidades de ensino) empreendida nos anos 1990, partindo das experiências vividas pela educação superior nas universidades brasileiras, como resultado da implantação de um novo perfil de educação superior e de universidade no Brasil; analisar, a partir das mudanças e das permanências, a relação do modelo expansionista vivido com as políticas para o ensino superior no Brasil orientadas por agências internacionais que têm feito interferência direta nesse nível de ensino, a partir, principalmente, dos anos 1990, com o incremento das políticas neoliberais; verificar como os limites e paradoxos vivenciados pela educação superior gerenciada pelo poder público estadual no Piauí têm sido vistos principalmente pela comunidade educacional no Estado.

A pesquisa se desenvolveu tendo como universo principal a Universidade Estadual do Piauí – UESPI, instituição responsável por oferecer o ensino superior sob o gerenciamento do Estado, utilizada como meio para a busca de compreender o objeto de estudo-fim deste trabalho, e como espaços de busca de informações e documentos: a própria UESPI (biblioteca, arquivos, departamento de planejamento e pesquisa); a Secretaria Estadual de Educação e Cultura – SEDUC; o Conselho Estadual de Educação; a Universidade Federal do Piauí e entidades ligadas à educação. O período delimitado para estudo compreendeu as décadas de 1980 e 1990, aprofundando a análise nas políticas educacionais dos anos 1990, principalmente a partir de 1995, e seus efeitos na consolidação de um novo perfil de educação superior com a implantação de novas modalidades de ensino em todo o Brasil.

Por estar inserida na interface entre as linhas de pesquisa: história da educação e políticas educacionais optamos por uma abordagem quantoqualitativa que priorizasse as transformações históricas e políticas como resultados das necessidades materiais de existência dos indivíduos e das relações sociais responsáveis por tais necessidades no sistema capitalista (TRIVIÑOS, 1987), ou seja, um procedimento geral que orientasse o conhecimento do objeto na perspectiva proposta por Frigotto (2002, p.70-115)⁴, vendo o objeto como parte de um todo, utilizando para isso a categoria da totalidade, vendo a

⁴ Ver "O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional" Gaudêncio Frigotto, texto apresentado no Encontro Regional de Pesquisa Sudeste, no Simpósio sobre Diferentes Enfoques Teóricos na Pesquisa Educacional Brasileira, em Vitória, 11-09-1987. IN: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 70-115.

parte em conexão com o todo social que a parte representa, recebendo e dando ao todo elementos de compreensão. A utilização da memória e da oralidade por meio das entrevistas se dá pela compreensão da importância desses instrumentos para o enriquecimento da investigação do fenômeno estudado, que assim ganhou vida e dinamismo, quando se via que apenas os números e seguir apenas uma compreensão da lógica capitalista não nos dariam os resultados da forma requerida.

Portanto, embora acompanhando uma ordem e intenções metodológicas apresentadas inicialmente, a dinâmica dos trabalhos, as dificuldades neste campo de abordagem, os novos achados e suas contradições, tivemos que rever as análises iniciais, assim como os instrumentos. Segundo Triviños (1987), esta é uma das tarefas precípuas do investigador e que compõe o processo analítico da pesquisa, o qual comporta também o fato de rever e abrir mão de "suas" posições iniciais em favor da construção do conhecimento.

O pesquisador que segue uma linha teórica baseada no materialismo histórico e dialético deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer [...], mesmo envoltos na couraça da ideologia e do idealismo (TRIVIÑOS, p.73-74, 1987).

A abordagem quantoqualitativa se deu pelo entendimento de que ambas as possibilidades, articuladas, proporcionariam uma maior clareza no processo investigativo, partindo do contexto apresentado em que o objeto esteve inserido desde o seu surgimento, numa tentativa de compreender o porquê dos fatos, a estrutura dos discursos que lhes deram sustentação e, por fim, ver a realidade social em que eles se manifestam, refletindo acerca dos elementos políticos, econômicos e sociais responsáveis pela construção dessa realidade. A análise quantitativa deu-se, especificamente, no capítulo que trata da expansão propriamente dita.

E para que isso se tornasse possível foi necessário seguir os ensinamentos de Fávero (1980, p.18), para ultrapassar a superfície do fenômeno, a partir de um trabalho de investigação, compreendendo a realidade social a partir do método proposto por Kosik (1976, p.44), de como se cria a realidade social. Segundo ele, a apropriação de uma concepção revolucionária da sociedade e do homem se dá quando se analisa a dialética do concreto como aquela que potencializa

O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem que *destruir* a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia (KOSIK, 1976, p.16).

A dialética da totalidade concreta, de acordo com Fávero (1980, p.19), não é *um método que pretende reproduzir todas as implicações, fatores, mecanismos e efeitos sociais que interferem na produção de um evento, fato ou processo social (destaque nosso)*. Ao contrário, na explicação dialética, o conceito de totalidade é empregado como recurso interpretativo pelo qual se visa compreender não a identidade, mas as diferenças em uma unidade tal como se apresentam em determinada totalidade. Daí a busca da relação com outras realidades vividas em diferentes pontos dessa totalidade, no sentido de identificá-las como parte do todo.

E na perspectiva de que a universidade não está fora da história do país, qualquer que seja a instituição de ensino superior ou aspectos desse nível de ensino que se deseja analisar deverá estar em consonância com uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. E sobre a forma de se buscar compreender as instituições universitárias em seu lugar e em determinados momentos da história, Fávero observa que:

Para se estudar as instituições universitárias num determinado período é necessário não só tentar compreender a proposta daqueles que fundaram e dirigiram certas instituições ou encaminharam reformas, mas mais que isso, é fundamental compreender o porquê desses fatos, a estrutura da realidade em que eles se manifestam e o que eles procuram ocultar. Na verdade, todo o esforço de compreender a problemática universitária dentro da história de um país consiste não apenas em conhecer as propostas “teóricas” a respeito desse tipo de instituição, mas sobretudo as ações dos grupos ou pessoas de onde emanam as leis, portarias, normas, etc.; os interesses que os moveram a tomar tais medidas, os fins que tinham em mira, a significação que para eles tinha tal evento em determinado momento. É preciso tomar consciência das *contradições que estas instituições apresentam em relação à sua própria natureza* (grifo nosso), como parte de um todo social histórico, onde não há unidade, identidade e homogeneidade (FÁVERO, 1980, p. 18).

O horizonte teórico-metodológico apontado pela autora reproduz em uma perspectiva mais abrangente o que no início nos parecia quase inalcançável. Depois do envolvimento com os sujeitos da pesquisa, através de entrevistas, transformadas em conversas, cada história contada e cada documento analisado foram aos poucos qualificando e ressignificando os porquês do primeiro olhar, construindo uma

consciência contemporânea do objeto que vai se colocar para além das “simples propostas teóricas” ou dos discursos.

A história oral obtida através de depoimentos de educadores e pessoas da comunidade educacional de Teresina, continuou, neste trabalho, cumprindo um papel historicamente conquistado na busca da construção do conhecimento. Nesta busca, imprimimos singular importância às falas dos sujeitos, com os quais nos associamos nesse caminhar. Lembrar os momentos marcantes da história ganhava mais validade se contados pela fala dos que os viveram, daí a importância da memória enquanto instrumento de qualificação da história, para benefício dos que virão depois, pois, como diz Peter Burke, "a função do historiador é ser um lembrador, um guardião da memória dos acontecimentos públicos, posto por escrito em benefício da posteridade, que poderá, assim, aprender com o seu exemplo" (BURKE, 1992, p.235).

Diria, pois, que o historiador, além de um lembrador e guardião da memória dos acontecimentos públicos, é também um observador e investigador dos acontecimentos privados e de todos os fatos e fenômenos que estão ao seu alcance de compreensão e mesmo aqueles “aparentemente incompreensíveis” para constituir a sua história. No pensamento e ações do historiador estão, ou deveriam estar, as muitas possibilidades de fontes, onde a memória, junto com a sua capacidade de discernir que rumo seguir, tem lugar privilegiado, pois, ao caminhar pelas fontes históricas, cabe ao historiador outra função importante e desafiante, que é decidir quais fatos, fenômenos e atores devem ir à cena e em que ordem e contexto.

O ofício do historiador toma, assim, um outro caminho, que não só o de “contar história”, mesmo esta sendo uma de suas funções precípuas, quando ele a qualifica com a memória. Como diz Eric Hobsbawm (1995), não haveria lugar para o historiador se a história que escrevesse não fosse diferente da ficção. De forma que a memória passa a ser o instrumento que abre as possibilidades para esse diferencial.

Embora não haja um consenso entre os historiadores sobre a distinção entre história e memória, há uma idéia que é comum a todos que é o fato de que história e memória são complementares. Para Clarice Nunes (2003), a memória qualifica e distancia a história da ficção. E, de acordo com Pierre Nora (1993), a memória só pode, através dos tempos, legitimar-se pela história ou pela literatura, que é o resultado último do trabalho do historiador. A propósito, como alerta o autor citado por Nunes: "As fronteiras dessas duas disciplinas tendem hoje a se confundir, colocando em discussão

os limites entre história e ficção e priorizando uma história que coloca a memória em seu centro de gravidade" (NORA apud NUNES, 2003, p.19).

Sobre as “escolhas” ou “seletividade” com as quais o historiador/pesquisador se vê envolvido, que refletem a realidade social na qual está inserido, e que é responsável pelas preferências, visão de mundo, concepções teórico-metodológicas Hobsbawm (1995) diz:

O que se vê através de uma janela ou o que se vê no passado, não é apenas a realidade lá fora ou lá atrás, mas uma seleção clara e específica de uma situação, de um momento ou de uma paisagem, em determinado tempo e lugar da história. É apenas aquilo que podemos ver fisicamente do lugar de onde estamos e aquilo que queremos ou estamos interessados em ver, sob determinadas circunstâncias (HOBSBAWM, 1995, p. 16).

Daí que, ao ouvir a expressão “contar histórias”, imaginamos a cena de alguém narrando uma história e uma pessoa ou grupo de pessoas, muito atentas, tentando acompanhar o raciocínio do narrador, desde os trejeitos até os pormenores da história, identificando e compondo imagens e personagens que passam a ganhar identidade no decorrer da história contada, atribuindo à história diferentes sentidos.

Tanto aquele que está contando como aquele que está ouvindo faz as suas seleções, que vão ganhando contornos de acordo com o momento em que se vive. Inserindo-se aí a fala de alguém que viveu ou esteve presente ao momento contado, é quando acontece o redimensionamento dos significados daqueles acontecimentos antes apenas sob o domínio do narrador.

Por muito tempo a história oficial na escola fez o papel desse narrador, quando se estabeleceu uma espécie de “silenciamento” da palavra em nome da ciência, ou mesmo da defesa de uma determinada cultura, a da modernidade. As falas daqueles que podiam contar a sua história foi-se esvaindo da memória como algo menos importante, enquanto a sua própria identidade sofria também um silenciamento interior, colocando-se numa situação de não-existência porque não cobrada e não ouvida.

Clarice Nunes (2003, p.22), numa reflexão acerca do papel da memória enquanto instrumental do historiador defende a ideia de que esta não pode estar circunscrita apenas à história oficial, mas deve servir como resgate e valorização da identidade das pessoas. Enfatizando a importância da memória como instrumento libertador dos sujeitos da escola, destaca que

:

A narração das memórias e a escrita da história não podem ser monopólio da universidade, mas instrumento das mais diferentes comunidades interpretativas para a produção de um discurso genuinamente libertador, que toma corpo ao incentivar que o sujeito se reconheça e, dessa forma, se torne capaz de envolver-se com o mundo, responsabilizando-se, na medida de suas circunstâncias, de seus limites e possibilidades, pelas trocas culturais, em sentido duplo e restrito. A educação pela memória conduz o sujeito simultaneamente para dentro e para fora de si mesmo, num processo contínuo de solidariedade no qual a diferença do outro, quando percebida, é afirmada e não desqualificada (NUNES, p. 22).

A valorização da fala daqueles que viveram os primeiros passos de criação da Fundação que deu origem à UESPI - Universidade Estadual do Piauí, meio para o estudo do objeto de análise deste trabalho, foi uma escolha que deu vida ao trabalho, pois pessoas que viveram todos os percalços da educação na época, tanto em nível nacional como em nível local e que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidas nos momentos mais e menos importantes.

Da mesma forma, a opção pelos documentos está concentrada nas muitas possibilidades que estes podem oferecer em termos de informações, não com um fim em si, mas como subsídios a interpretações através das quais o que não está posto pode aparecer, melhor, são passíveis de serem mostradas. Assim como diz Laurence Bardin (1977, p.28):

Apelar para estes instrumentos de investigação laboriosa de documentos, é situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim a P. Bourdieu passando por Bachelard, querem dizer não “à ilusão da transparência” dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente “tornar-se desconfiado” relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjectivo, destruir a intuição em proveito do construído.

Procuramos, com a análise dos documentos, afastar a compreensão espontânea, pautando a investigação no que eles pudessem dizer, associados às falas dos sujeitos interpelados. A busca da compreensão do todo para compreender a parte nos fez buscar informações e construir uma ideia coesa desse todo. Daí a necessidade de conhecermos um pouco da situação da educação no Brasil na década de 1980.

A pesquisa abrangeu basicamente seis momentos: 1. Exploração das possibilidades de investigação. Segundo Mazzotti (1996), este é o momento em que o pesquisador(a) é mergulhado no contexto, ou seja, é quando se tem uma visão geral do problema, e contribui para a focalização das questões e identificação de informantes e outras fontes de dados. É, portanto, o momento de observação das possibilidades; 2.

Análises bibliográficas gerais e específicas. Fase de contato permanente com a teoria. Momento de reflexão sobre a conjuntura mundial, nacional e local no que diz respeito à educação como um todo. A fundamentação teórica inicial foi grandemente enriquecida quando da realização das disciplinas do Mestrado, quando tivemos contato mais direto com as ferramentas de que precisávamos para realização da pesquisa e sistematização dos seus resultados; 3. Coleta de dados e seleção das fontes documentais. De acordo com Mazzotti (1996), considera-se documento todo registro escrito que possa ser usado como fonte de informação: Regulamentos, Portarias, Atas de reuniões, Relatórios, Pareceres, etc. Foram de muita valia as informações colhidas de documentos oficiais, particulares, revistas, jornais, teses, dissertações sobre a temática, pesquisas já realizadas ou em andamento em outros estados, trabalhos produzidos por entidades de docentes.

Utilizou-se como subsídio de análise também a legislação brasileira: a Lei 9394/96; a EC nº 14; a Lei 9424/96, leis e decretos que deram origem, autorizaram e estabeleceram as diretrizes legais para o encaminhamento das funções que hoje exerce a instituição de educação superior em análise.

Minayo (1994) analisa a coleta de dados como algo bastante abrangente que combina entrevistas, observações, levantamento de material documental, bibliográfico, instrucional; Para ela, este é um momento relacional e prático de fundamental importância na pesquisa. Dourado (2001) nos mostra que

as fontes documentais compreendem a documentação escrita e a oral, obtida pela realização de entrevistas, que são consideradas não como fontes lineares que se superpõem, mas como instrumentos cuja subjetividade permite ao pesquisador confrontá-los, discuti-los na condição de sujeito e participe do processo de produção do conhecimento”.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com professores(as), reitor, ex-reitores(as), pró-reitores, alunos(as), antigos e novos funcionários(as). As entrevistas foram muito importantes, na medida em que privilegiaram as falas dos atores sociais, situando-as no contexto sócio-histórico em que foi produzida, possibilitando, assim, uma melhor compreensão da temática, visto que, como lembra Minayo (1994), quando se trata de apreender sistema de valores de um determinado grupo social, os questionários muitas vezes se revelam insuficientes; 4. Visitas constantes ao universo primeiro da pesquisa; visitas periódicas à Secretaria Estadual de Educação e Cultura, ao

Conselho Estadual de Educação e entidades ligadas à educação; 5. A análise dos dados - Nesta fase, além de um apurado senso crítico, organização e sistematização dos conteúdos apreendidos, o tratamento dado a todo esse material obedeceu à divisão proposta por Minayo (1994, p.26): ordenação, classificação e a análise propriamente dita para que a sexta fase pudesse ser realizada com mais facilidade; 6. Elaboração da dissertação.

As questões que motivaram a realização dessa pesquisa e que a nortearam desde os primeiros passos partem das seguintes premissas: 1. A oportunidade e atualidade do tema, visto que a educação superior oferecida pela instituição ligada à estrutura governamental do Estado tem sido colocada como prioridade nos discursos para a opinião pública como forma de democratização do acesso à educação superior para aqueles excluídos desta educação no Estado; 2. Como e em que contexto e realidade da educação no Estado surgiu a necessidade de criação da FADEPI – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Estado do Piauí - uma instituição que surgiu para apoiar o desenvolvimento da educação; 3. Em que dimensão se deu, assim como os fatores considerados decisivos para que se implantasse, a partir da década de 1990, o processo de expansão (compreendida então como a ampliação, diversificação e interiorização) da educação superior no âmbito da administração pública estadual piauiense?

O milagre da multiplicação de campi, cursos e modalidades de ensino, principalmente a partir de meados da década de 1990, visto “numa” perspectiva. Um olhar que observa além da obra individual e isolada como a que foi difundida para deleite da sociedade piauiense, mas que a vê como parte de um todo, o qual representa e enquanto uma realidade social que acontece para que este todo se justifique e se mantenha dentro da teia de articulações que o mantém vivo.

Surge no bojo das discussões aqui enunciadas de muitos(as) pesquisadores(as) que observam a temática com a preocupação de quem deseja contribuir para a melhoria da educação e contribuir também para que os discursos sejam expostos. Assim como algo colocado num espaço de certo modo vazio, sem a pretensão de proclamar qualquer tipo de pioneirismo, mesmo porque não poderíamos desconhecer as contribuições anteriores sobre a temática.

O que mais inquietou, além do silêncio em torno do tema, foram as diversificadas opiniões, resultado dos efeitos da mídia e dos discursos, bem ou mal intencionados, mas que montaram toda uma imagem sem qualquer relação com o que já

vinha se delineando na educação superior no Brasil, como elemento definidor de um todo do qual é parte e que com ele interage no sentido da “mudança para que tudo permaneça como está” (MARX) e a realidade social seja mais uma vez camuflada e idealizada para proveito de uns e exclusão de muitos.

A análise que se faz hoje da educação superior brasileira passa necessariamente pela problematização do modelo de universidade que se vem firmando ao longo dos últimos anos e sua relação com as políticas externas para o setor do conhecimento, principalmente para os países ditos periféricos em relação ao mundo globalizado, visto que são essas políticas que, no conjunto, vão definir a ação dos que governam e são responsáveis pela manutenção da estrutura econômico-social do país.

Considerações finais

As formas de expressar e de utilizar o referencial teórico-metodológico presente em todo o corpo da dissertação, e que reflete o nível de compreensão possível dele alcançado, longe estão de se reivindicar esgotadas e completas. A sua ampliação e enriquecimento serão sempre possíveis, dependerão da capacidade que tivermos de expô-las ao debate e às críticas. O sentido será sempre o de estar disponível à discussão, buscando acumular e adequar os conhecimentos para utilização nos momentos certos, também da capacidade de descartar concepções cristalizadas e que ainda hoje se mantêm entrincheiradas sob o manto das verdades absolutas.

Pelo fato de se tratar do resumo de um capítulo, muitas informações deixaram de aparecer, ou ficaram implícitas, no entanto, esclarecemos que o essencial da proposta metodológica não ficou prejudicado. O trabalho foi realizado, buscando aqui, ali e acolá o que era necessário, independente de paixão por esta ou aquela abordagem, este ou aquele modelo, até mesmo por perceber a validade de todos que se mostraram possíveis em dados momentos.

BIBLIOGRAFIA

ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1996.

BARDIN, L. 1977. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes.

BURKE, P. (org.); tradução de Magda Lopes, 1992. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

DOURADO, L. F. **A Interiorização do Ensino Superior e a Privatização do Público**. Goiânia: Ed. UFG, 2001.

FÁVERO, M. DE L. **A Universidade em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

HOBBSAWM, E. **Ecos da Marselhesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

JANOTTI, A. **Origens da Universidade**. São Paulo: DUSP, s.d.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUCKESI, C. (et. al). **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1995.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NUNES, C. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In: LEAL, M. C.; PIMENTEL, M. A. L. (orgs). **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.

SGUISSARD, V. "Do jeito que o Banco Mundial gosta. In: Revista Caros Amigos, ed Especial nº 9, **A Universidade no Espelho**: para onde caminha o ensino superior no Brasil", novembro/2001.

SILVA JR., J. dos R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil** – reforma do Estado e mudanças na produção. 2.ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-Ifan, 2001.

TRIVINÕS, A. N. S. Marxismo, materialismo dialético e materialismo histórico. In: **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

